



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ata n.º 3/2016

No dia 10 de março de 2016, pelas 9 horas, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, regularmente convocado pelo Diretor da Faculdade. A reunião foi presidida pelo Diretor, Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, estando presentes os seguintes membros do Conselho Académico:

Membros docentes:

Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire;

Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho;

Prof. Doutor David Duarte;

Dr. João Serras de Sousa (em substituição do Prof. Doutor Rui Ataíde);

Membros não docentes

Senhora Conceição Feiteiro;

Senhora Manuela Mouta;

Membros discentes

António Camacho;

Gonçalo Pratas;

Nirvana Araújo;

Paulo Ramos;

Esteve ainda presente a Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno (na qualidade de Diretora Executiva). Esteve ainda presente na reunião o Dr. José Miguel Vitorino (na qualidade de presidente da AAFDL, nos termos regulamentares e sem direito de voto).

O Diretor da Faculdade confiou ao Dr. João Serras de Sousa a incumbência de assegurar o secretariado desta reunião.

1. Aprovação das atas das reuniões anteriores

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez cumprimentou o órgão e deu início à reunião,



começando pela aprovação das atas das reuniões anteriores. O Diretor da Faculdade esclareceu a ata da reunião de dia 21 de janeiro ainda não está pronta. A ata n.º 2/2016 da reunião de dia 17/2 foi aprovada por unanimidade, tendo sido corrigidos alguns aspetos no sentido de serem clarificadas algumas intervenções.

2. Análise da reafetação de espaços

Por conseguinte, avançou-se para o segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo à análise da reafetação de espaços discutida e votada na reunião anterior.

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez começou por dizer que, depois de conversar sobre o assunto com alguns alunos, ficou com a ideia de que a oposição dos mesmos à reafetação estaria relativamente circunscrita a um ponto em concreto: o receio de que esta reafetação colocasse em causa o CARL e o GCJ.

O Diretor prosseguiu na sua intervenção chamando à atenção para o facto de o CARL não ter, de momento, um índice de trabalho tão elevado que justifique um espaço tão amplo e também para o facto de já ter sido aprovado um orçamento para a instalação de um sistema de videoconferência. Além disso, tranquilizou os alunos ao afirmar que estas alterações não têm um carácter definitivo, o que traz uma certa maleabilidade para se proceder aos ajustamentos necessários. A tudo isto acresce o facto de os Institutos e os Centros de Investigação terem um espaço projetado para a sua centralização no projeto de ampliação da Faculdade. Por conseguinte, sugeriu que a sala 13.04 (preparada para as atividades de mediação) ficasse livre para se minimizarem as preocupações dos estudantes.

O Prof. Doutor David Duarte tomou a palavra para abordar um caso que revela o carácter nefasto desta reafetação. Neste sentido, afirmou ter tido uma reunião com a Diretora dos serviços contenciosos da ANACOM na sala de apoio ao secretariado, o que aconteceu como consequência de o GCJ não ter atualmente uma sala de reuniões.

O Prof. Doutor David Duarte prosseguiu alertando para o facto de o Conselho Académico só ter deliberado, no que respeita à reafetação de espaços, a transferência do Gabinete de Imagem para o 3.º piso. Ora, nos termos da al. j) do artigo 41.º dos Estatutos da Faculdade, é competência do Conselho Académico pronunciar-se sobre a utilização de instalações da Faculdade por entidades exteriores. Por conseguinte, afirmou que, no seu entendimento, os Centros de Investigação de Direito Público e de Direito Privado são entidades exteriores, visto terem contabilidade própria e regime jurídico distinto do da



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Faculdade. Concluiu, portanto, que a ocupação desses espaços pelos Centros de Investigação referidos deveria ter sido deliberada pelo Conselho Académico.

O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho discordou do ponto de vista do Prof. Doutor David Duarte, afirmando que os Institutos e os Centros de Investigação são entidades internas, integrando a administração indireta interna da Faculdade, sendo constituídos nos termos dos estatutos da Faculdade.

Em resposta, o Prof. Doutor David Duarte respondeu que, mesmo que assim seja – o que não consente – a ocupação desses espaços deveria necessariamente passar pelo Conselho Académico. Há um desvirtuamento da confiança, independentemente da questão jurídica: estivemos a tratar, na passada reunião, da reafetação de espaços.

A Senhora Conceição Feiteiro tomou da palavra e aproveitou para lembrar que com a anterior Direção houve atribuição de espaços que não foram discutidas e votadas em sede de Conselho Académico.

O Presidente do Órgão voltou a intervir, retomando o curso da reunião. Nesta senda, alertou para o facto de a dúvida dos alunos estar relacionada com os Centros de Investigação e com a ocupação da sala 13.04. Propôs, neste sentido, que a respetiva sala tivesse uma afetação diferente, sendo que isso vai de acordo com as preocupações dos estudantes.

O discente António Camacho pediu a palavra, concordando com o Diretor. Todavia, afirmou ter ficado confuso com a intervenção do Prof. Doutor David Duarte. Na sua opinião – prosseguiu – parece haver alguma obstrução ao funcionamento do GCJ, o que se revela pelo facto de não ter sala de reuniões. Para além disso, pediu para ser esclarecido sobre a acessória jurídica da Faculdade

Em resposta, o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez disse ter sido a solução encontrada, instalando-se aí o serviço de acessória jurídica. No que respeita à sala de reuniões, o Professor afirmou que ao deixar-se livre a sala 13.04, esta poderá servir também para as reuniões do GCJ.

A Prof. Doutora Cláudia Madaleno alertou, no entanto, para o facto de a sala 13.11 ser uma sala de reuniões, estando desocupada.

O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho voltou a intervir. Afirmou que a qualificação de uma sala como “sala de secretariado” é arbitrária. Esta é uma sala afeta ao GCJ, em exclusivo. O Prof. Doutor David Duarte replicou, respondendo que uma sala que se encontra atrás de um balcão demonstra que é uma sala de apoio ao secretariado. E



questionou da utilidade de o Centro de Investigação de Direito Público ter ido para o 3.º piso. É que, como consequência, ficou livre uma sala do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

Em resposta, o Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho esclareceu que se tratou de uma solicitação do Prof. Doutor Jorge Miranda e do Prof. Doutor Carlos Blanco Morais que foi atendida. O Centro de Investigação de Direito Público tem uma excelente avaliação, mas à data dessa avaliação, foi necessário fingir que uma sala lhe estava afeta para efeitos dessa mesma avaliação.

A Prof. Doutora Cláudia Madaleno voltou a intervir. Salientou o facto de não ter havido planeamento nas obras do 3.º piso, o que é notório pelo facto de as ligações de tomadas elétricas e informáticas não se compadecerem com o número de secretárias existentes, por exemplo.

De seguida falou a Senhora Conceição Feiteiro, que pediu um esclarecimento, questionando se há salas estão livre e que não servem para nada. Para além disso, afirmou que a atribuição de salas aos Institutos se revela arbitrária, o que se verifica em prejuízo de salas de aula e para funcionários.

Em resposta o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez afirmou não conseguir responder à questão de saber se há efetivamente salas que não são necessárias. Todavia, afirmou que a atribuição de uma sala ao Centro de Investigação de Direito Público fazer sentido porque é necessária para efeitos de acreditação, havendo, para além disso, múltiplas atividades que justificam essa sala: por exemplo, por vezes era necessário pedir à Prof. Doutora Benedita Queiroz que saísse para se realizarem reuniões.

De seguida, tomou a palavra o Dr. José Vitorino que disse haver interesse em minorizar danos. Fez assim uma recomendação: deixar os dois institutos no 3.º piso e colocar a assessoria jurídica e o gabinete de imagem na mesma sala (13.08).

O Presidente da AAFDL alertou ainda para o facto de ter falado com as funcionárias da Tesouraria e do Gabinete de Apoio ao Estudante, tendo-lhe sido comunicado que não tinham sido ouvidas quanto às propostas finais: a Dra. Maria José Abreu afirma já não ser a sala atribuída a melhor.

Ao ter conhecimento desta situação o Diretor sugeriu que passasse para a anterior sala do Centro de Investigação de Direito Privado, perguntando aos membros do órgão o que pensam dessa solução.

O Prof. Luís Pereira Coutinho, no que respeita à concentração da assessoria jurídica e do



gabinete de imagem, respondeu não ver que se possam articular no mesmo espaço em função da natureza dos serviços.

Seguidamente, a Prof. Doutora Paula Vaz Freire interveio para relevar o facto de ter havido uma alteração à proposta inicial, ficando vaga uma sala (anterior sala do CIDPrivado). Não se tinha equacionado essa possibilidade, compreendendo e subscrevendo o que foi dito. As alterações, continuou, devem procurar sempre proporcionar as melhores condições de prestação de serviços aos funcionários.

Ainda em resposta ao que disse o Dr. José Vitorino, o Prof. Doutor David Duarte declarou só estar de acordo com uma minimização de danos na medida em que esta seja possível. Sendo da opinião de que esta matéria deveria ter passado pelo Conselho Académico, já não é possível minimizar danos. Concluiu, assim, perguntando qual o sentido de haver um serviço de assessoria jurídica na Faculdade.

Em resposta, a Prof. Doutora Cláudia Madaleno referiu que é uma unidade de apoio à gestão prevista nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regulamento Administrativo de Gestão. O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho acrescentou ainda que a complexificação da atividade o justifica. Complementando o que tinha sido dito, a Senhora Conceição Feiteiro lembrou uma situação relativa à renovação do contrato de um Assistente Convidado em que foi necessário recorrer ao parecer da Reitoria, o que demorou imenso tempo.

Em consequência, o discente Gonçalo Pratas tomou a palavra para dizer que o Conselho Académico não pode andar de deliberação em deliberação para agradar aos funcionários.

O Diretor respondeu, dizendo que o que está a tentar é encontrar uma solução que agrade a todos os corpos da Faculdade: docente, não docente e estudantes.

O discente Gonçalo Pratas asseverou que entendia a situação e revelou ter uma inquietação relativa a um hipotético aumento da actividade de mediação. Perguntou se era possível adaptar-nos, no futuro, a uma alteração desse género.

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez respondeu de imediato dizendo que esse seria um ótimo indicador. Além disso, estas alterações não implicam qualquer investimento, o que tranquilizou o discente.

O Prof. Doutor David Duarte avançou o seu sentido de voto, dizendo que votaria contra a proposta apresentada. E justificou o seu sentido de voto: a seu ver, esta proposta traduz um desinvestimento em serviços essenciais da Faculdade, acrescentando que se estão a



tirar oportunidades de vir a ter oportunidades. Além disso, manifestou-se contra o facto de se estar a aprovar coisas que o Conselho Académico devia ter deliberado anteriormente, quando era sua competência fazê-lo.

O Presidente do órgão avançou, assim, o sentido da proposta:

- 1) O Gabinete de apoio ao estudante passa para a anterior sala do Centro de Investigação de Direito Privado;
- 2) O Centro de Investigação de Direito Privado passa para o 3.º andar, libertando-se a sala 13.04;
- 3) O Centro de Investigação de Direito Público fica com a sala 13.05;
- 4) O centro de Investigação de Direito Privado fica com a sala 13.15;

Em face da proposta apresentada, a discente Nirvana Araújo questionou se estas alterações afetam a atividade de mediação. O Diretor respondeu que nenhuma alteração tem esse objectivo. Nesse sentido, a discente afirmou que se houvesse essa garantia, não votaria contra a proposta apresentada.

O aluno António Camacho declarou também não votar contra caso não haja obstrução ao desenvolvimento do CARL e do GCJ. Os discentes Paulo Ramos e Gonçalo Pratas concordaram com esta afirmação.

Consequentemente, a proposta foi aprovada com 10 votos a favor (Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho, Prof.^a Doutora Paula Vaz Freire, Dr. João Serras de Sousa, Senhora Conceição Feiteiro, Senhora Manuela Mouta, António Camacho, Gonçalo Pratas, Nirvana Araújo e Paulo Ramos) e 1 voto contra (Prof. Doutor David Duarte).

3. Medidas de segurança

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez prosseguiu com os trabalhos, passando-se para o terceiro ponto da ordem de trabalhos: Medidas de segurança.

Assim, o Diretor sugeriu a colocação de cacifos numa zona próxima da sala de estudo por questões de segurança. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Aproveitando o facto de se falar da sala de estudo, o Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho perguntou se os membros do órgão consideram essencial o funcionamento da sala de estudo durante todo o ano.

O Dr. João Serras de Sousa abordou a questão, afirmando que pensa que a abertura da sala de estudo é uma vantagem para os alunos e que acaba por se refletir nos resultados dos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

alunos, especialmente daqueles que não têm, por diversos motivos, espaços de estudo adequados para o efeito. Contudo, disse que entende o fecho da sala de estudo em períodos de menor afluência dos estudantes, podendo em sua substituição abrir-se um anfiteatro.

O Dr. José Vitorino discordou desta intervenção, lembrando que tinha sido feito um investimento a rondar os € 200.000,00 na sala de estudo e que isso justifica a sua abertura todo o ano. Trata-se de valorizar este investimento e aproveitar as condições de estudo da sala intervencionada.

Depois de analisada a questão, o Diretor mandou prosseguir os trabalhos, propondo a colocação de um sistema de cartões de acesso pela porta traseira junto à AAFDL. O Presidente da AAFDL concordou com a medida, até pelo investimento que está a ser feito na cantina para os estudantes.

Posteriormente, a Senhora Conceição Feiteiro sugeriu a colocação de um letreiro identificativo da Faculdade de Direito na garagem da Faculdade, sugestão que o Diretor aceitou.

4. Provedor do Estudante

O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez prosseguiu com os trabalhos, avançando-se para o quarto ponto da ordem de trabalhos: Provedor do Estudante.

Nesta senda, propôs a nomeação do Dr. João Serras de Sousa como Provedor do Estudante de forma a facilitar a ponte entre estudantes e Direção.

Em complemento, a Prof. Doutora Cláudia Madaleno alertou ainda para o facto de esta ser uma figura distinta do Provedor de Estudante da Universidade de Lisboa. Esta é uma figura interna que visa apenas dar um apoio aos estudantes na resolução de problemas que possam eventualmente surgir.

O Prof. Doutor David Duarte declarou compreender o sentido da nomeação. Todavia - lembrou - estamos perante um membro do Conselho Académico que presta informação aos estudantes, o que coloca um problema de representatividade e de legitimidade que deve ser resolvido por via deliberativa. Propôs, portanto, que o Conselho de Escola delibere sobre esta matéria.

Os membros do Conselho Académico concordaram com a sugestão do Prof. Doutor David Duarte.



5. Alargamento do horário da Divisão Académica

O Presidente do Órgão sugeriu que se avançasse na ordem de trabalhos, passando-se ao quinto ponto: alargamento do horário da Divisão Académica.

Tomou a palavra a Diretora Executiva, a Prof. Doutora Cláudia Madaleno, que disse que este ponto surge na ordem de trabalhos com o sentido de se resolver o problema dos alunos da noite, dado que o horário atual não os favorece.

Neste sentido, propôs que a Divisão Académica passasse a funcionar, às terças e quintas-feiras até às 20h.

A Senhora Conceição Feiteiro questionou de imediato a Diretora Executiva sobre a disponibilidade dos funcionários, ao que a Prof. Doutora Cláudia Madaleno respondeu que estes tinham dado o seu consentimento.

O Dr. José Vitorino afirmou que a solução, na sua ótica, passa pelo aumento do número de funcionários. Esta é uma solução bastante complicada porque se está a “tirar de um lado para colocar noutro”. Também existirá sempre a possibilidade de se utilizarem bolsas de colaboração. Quanto a estas bolsas, a Senhora Conceição Feiteiro afirmou que a Reitoria as considera perigosas pelo facto de se tratar informação privilegiada.

O Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho concordou no sentido de que são necessários mais funcionários. Todavia, concluiu que do ponto de vista da gestão e da administração não se pode querer tudo.

Neste sentido, a Senhora Conceição Feiteiro sugeriu que se recorresse a trabalho extraordinário. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez respondeu que essa é uma possibilidade para a abertura em tempo alargado para as terças-feiras.

6. Taxas, emolumentos e propinas

O Diretor mandou prosseguir os trabalhos, passando-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos: taxas, emolumentos e propinas.

A Prof. Doutora Paula Vaz Freire fez o ponto de situação. Disse que teria que haver uma alteração à tabela de emolumentos, visto que foi publicado o despacho 30968 da Reitoria que prevê uma nova tabela de emolumentos. Concluiu dizendo que já há um projeto, mas que a comissão deverá fazer ainda uns ajustes, prevendo-se que no início do próximo semestre esteja pronta essa mesma tabela.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Outros assuntos

Feito o ponto de situação, o Prof. Doutor Pedro Romano Martinez prosseguiu com a ordem de trabalhos, avançando-se para o sétimo ponto: outros assuntos.

A Senhora Conceição Feiteiro solicitou que se falasse, numa próxima reunião acerca do Gabinete de Apoio ao Estudante, especialmente de responsabilidade social (p.e., que tipo de atividades desenvolve).

De seguida, o discente António Camacho aproveitou a oportunidade para falar da alteração de horários de licenciatura, que qualificou como caótica. O Prof. Doutor Pedro Romano Martinez justificou a situação com o facto de ter sido instalado um novo modelo de horários em novembro que não prevê diferenças entre o 1.º e o 2.º semestre. O problema deve-se ao facto de o programa não ter sido testado para o segundo semestre. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Diretor da Faculdade agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos.

O Presidente do Conselho Académico

(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

O secretário

(Dr. João Serras de Sousa)